

**ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.**  
 CNPJ: 14.886.669/0001-37

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa		Passivo e patrimônio líquido	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	302	370	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	3.182	4.630	
Estoques	-	71	456	
Impostos a recuperar	-	240	297	
		<b>3.795</b>	<b>5.753</b>	
Não circulante				
Contas a receber de clientes	7	1.291	1.291	
Depósitos judiciais	-	63	62	
Ativos fiscais diferidos	-	64	52	
Imobilizado	-	38	115	
Intangível	8	4.704	2.708	
		<b>6.160</b>	<b>4.228</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>9.955</b>	<b>9.981</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social integralizado		Reserva de retenção de lucros		Lucros acumulados		Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.191	-	1.191
Retenção de lucros	-	-	1.191	-	(1.191)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(1.191)	-	-	(1.191)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.192	-	1.192
Retenção de lucros	-	-	1.192	-	(1.192)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(1.192)	-	-	(1.192)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>							
			<b>3.168</b>				<b>3.168</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - A Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. ("Alfenas") foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com a Prefeitura Municipal de Alfenas - MG. Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, prorrogável por mais 10 anos. O objeto e propósito específico da entidade compreendem:

- Manutenção, ampliação e operação de aterro sanitário de Alfenas/MG;
- Implantação, manutenção, operação e monitoramento de sistema de queima controlada de biogás gerada por esse mesmo aterro sanitário;
- Implantação, manutenção e operação de unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- Coleta manual e containerizada de resíduos sólidos domiciliares;
- Coleta seletiva mecanizada de resíduos recicláveis;
- Coleta de resíduos de serviços de saúde;
- Varição manual de vias e logradouros públicos;
- Fornecimento de contêineres de PEAD (240 litros);
- Fornecimento de equipes especiais para serviços diversos;
- Fornecimento de equipes para campanha de educação ambiental;
- Atividades correlatas e exploração de fontes de receitas acessórias.

**2. Bases de preparação - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o padrão contábil adotado no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 20 de abril de 2017. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Estimativas contábeis** - Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa** - A Empresa registra a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes. **Vida útil do ativo imobilizado e intangível** - A Empresa revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício apresentado. **2.4. Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo na base de mensuração. As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
- 2.5. **Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016** - Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. A seguir, avaliação da Empresa quanto a natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações aplicadas para o exercício de 2016: Melhorias anuais - **Ciclo 2012-2014, essas melhorias incluem:** - IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio de venda ou distribuição aos titulares. A alteração esclarece que a mudança de um desses métodos de alienação para outro não seria considerada um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Esta alteração deve ser aplicada prospectivamente. **Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos** - As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 - Combinação de Negócios para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é reavaliada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for mantido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação inicial em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta, sendo aplicadas prospectivamente. As referidas alterações não têm impacto sobre a Empresa, uma vez que não houve aquisição de participação em operação conjunta durante o período. **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Contratos de serviços** - A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidênciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidênciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. **i) Aplicabilidade das alterações à IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas:** A alteração esclarece que as exigências de evidênciação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que tal evidênciação forneça uma atualização significativa às informações divulgadas no relatório anual mais recente. Em caso de necessidade de aplicação deverá ser feito de forma retroativa. **Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização** - As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 - Ativo Imobilizado e na IAS 38 - Ativos Intangíveis que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um

negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Empresa, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes. **Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas** - As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam adotando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações contábeis da Empresa. **IAS 19 - Benefícios a Empregados** - A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados de alta qualidade é avaliada com base na moeda de denominação da obrigação, e não no país em que se encontra a obrigação. Quando não existe um mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração é aplicada retrospectivamente. **IAS 34 - Demonstração Intermediária** - A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da administração ou relatório de riscos). As demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis aos usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Essas alterações não terão nenhum impacto sobre a Empresa. **b. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016** - Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financeal Instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro. **IFRS 9 Financeal Instruments** - O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixa esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detentam instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes". **IFRS 15 Revenues from contracts with customers** - O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados. Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financeal Instruments ainda estão sob análise da administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro. **IFRS 16 Leases** - O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. A Empresa pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

**3. Principais políticas contábeis** - A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. A seguir apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: **(a)** Caixa e equivalentes de caixa; **(b)** Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos; **(c)** Imobilizado; **(d)** Intangível; **(e)** Centrais de Tratamento de Resíduos (Aterros); **(f)** Empréstimos e Financiamentos; **(g)** Imposto de Renda e Contribuição Social; **(h)** Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; **(i)** Provisão para Urbanização de Aterros; **(j)** Demonstração dos Fluxos de Caixa. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente

**Demonstrações do resultado**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa		
	2016	2015	2015
Receita bruta de serviços prestados	15	11.015	8.288
Impostos incidentes sobre serviços prestados	15	(1.189)	(1.023)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>9.826</b>	<b>7.265</b>
Custo dos serviços prestados	16	(7.750)	(4.979)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.076</b>	<b>2.286</b>
Receitas/(despesas) operacionais	-	(20)	(16)
Despesas comerciais	-	(220)	(205)
Despesas administrativas	-	(30)	(15)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	-	(270)	(236)
<b>Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>1.806</b>	<b>2.050</b>
Receitas financeiras	17	270	75
Despesas financeiras	17	(341)	(378)
<b>Receitas/(despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(71)</b>	<b>(303)</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>1.735</b>	<b>1.747</b>
Corrente	-	(733)	(559)
Diferido	-	190	3
		<b>(543)</b>	<b>(556)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.192</b>	<b>1.191</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Lucro do exercício	1.192	1.191	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>1.192</b>	<b>1.191</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	1.192	1.191	-	-
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>				
Depreciação e Amortização	666	654	-	-
Provisão para urbanização de aterros	39	69	-	(45)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(45)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	-	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	340	282	-	-
Provisão para contingência	(5)	5	-	-
Imposto de Renda e contribuição social	543	556	-	-
	<b>2.775</b>	<b>2.712</b>	-	-
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	695	23	-	-
Impostos a Recuperar	59	(25)	-	-
Partes relacionadas	752	(706)	-	-
Estoques	386	(418)	-	-
Depósitos judiciais	4	(67)	-	-
Outros créditos	-	(3)	-	-
	<b>1.896</b>	<b>(1.196)</b>	-	-
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(331)	400	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	22	112	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(27)	14	-	-
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(612)	(559)	-	-
Partes relacionadas	-	(691)	-	-
Outros créditos	-	9	-	-
	<b>(948)</b>	<b>(715)</b>	-	-
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>3.723</b>	<b>801</b>	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(6)	(9)	-	-
Adições ao intangível	(2.578)	(1.111)	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(2.584)</b>	<b>(1.120)</b>	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de financiamentos	1.500	1.563	-	-
Pagamento de financiamentos	(2.349)	(717)	-	-
Juros pagos	(358)	(270)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.207)	576	-	-
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(68)</b>	<b>257</b>	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	370	113	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	302	370	-	-
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(68)</b>	<b>257</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos valores adicionados**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>	11.015	8.288	-	-
Serviços prestados	11.015	8.288	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.209)</b>	<b>(2.887)</b>	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.437)	(2.500)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.752)	(372)	-	-
Comerciais, administrativas e contingências	(20)	(15)	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>5.806</b>	<b>5.401</b>	-	-
Depreciações e amortizações	(666)	(654)	-	-
Valor adicionado líquido	5.140	4.747	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	270	75	-	-
Receitas financeiras	270	75	-	-
Valor adicionado total a distribuir	5.410	4.822	-	-
Distribuição do valor adicionado	5.410	4.822	-	-
<b>Pessoal</b>	<b>1.637</b>	<b>1.381</b>	-	-
Remuneração direta	1.333	1.116	-	-
Benefícios	224	199	-	-
FGTS	80	66	-	-
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.134</b>	<b>1.857</b>	-	-
Federais	1.666	1.334	-	-
Estaduais	5	5	-	-
Municipais	463	518	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>447</b>	<b>393</b>	-	-
Juros	309	343	-	-
Aluguéis	138	50	-	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>1.192</b>	<b>1.191</b>	-	-
<b>Participação de acionistas controladores</b>	<b>1.192</b>	<b>1.191</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**6. Caixa e equivalentes de caixa** - As disponibilidades estão representadas basicamente por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha e aplicação de resgate imediato realizadas no mercado financeiro remunerada pelo Certificados de Depósito Bancário (CDB). Os saldos nas datas dos balanços são compostos como segue:

	2016	2015
Caixa e bancos	274	7
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	28	363
	<b>302</b>	<b>370</b>

**7. Contas a receber de clientes** - São compostos como segue:

	2016	2015
<b>Clientes públicos</b>	2.752	3.949
Valores faturados	440	392
<b>Clientes privados</b>	937	670
Medição dos serviços prestados	329	142
<b>Total das contas a receber, líquido</b>	<b>4.458</b>	<b>5.153</b>
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	-	752
Créditos diversos	15	16
<b>Total geral</b>	<b>4.473</b>	<b>5.921</b>
Circulante	3.182	4.630
Não Circulante	1.291	1.291
	<b>4.473</b>	<b>5.921&lt;/</b>



ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA.  
CNPJ: 14.886.669/0001-37

Custo do Intangível	2014		2015		2016	
	Adição	Amortização	Adição	Amortização	Adição	Amortização
Centrais de tratamento de resíduos	-	-	-	-	-	-
- aterros:	-	-	-	-	-	-
Aterro e infra em aterros	1.194	-	69	1.263	-	1.109
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	91	93
Veículos e equipamentos	1.205	-	-	1.205	-	-
Software	-	2	-	2	-	-
Intangível em andamento	-	1.109	-	1.109	2.486	(1.109)
Ônus da concessão	1.000	-	-	1.000	-	-
<b>Total</b>	<b>3.399</b>	<b>1.111</b>	<b>69</b>	<b>4.579</b>	<b>2.577</b>	<b>93</b>

Amortização	2014		2015		2016	
	Amortização	Transferência	Amortização	Transferência	Amortização	Transferência
Centrais de tratamento de resíduos	-	-	-	-	-	-
- aterros:	-	-	-	-	-	-
Aterro e infra em aterros	(420)	(352)	(69)	(841)	(355)	(39)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(12)	(16)	(39)
Veículos e equipamentos	(635)	(241)	-	(876)	(241)	-
Ônus da concessão	(104)	(50)	-	(154)	(50)	-
<b>Total</b>	<b>(1.159)</b>	<b>(643)</b>	<b>(69)</b>	<b>(1.871)</b>	<b>(658)</b>	<b>(16)</b>

**9. Fornecedores e outras contas a pagar**  
O saldo é composto como segue:

	2016	2015
Fornecedores	331	662
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	17	17
Credores diversos	11	9
<b>Total</b>	<b>359</b>	<b>688</b>

**10. Empréstimos e financiamentos** - As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Financeiros - %	Vencimento	2016	2015
Pré fixado de 8,72%	a.a.	Abril/2017	55	216
FINAME	12,10% a.a.	Agosto/2023	1.003	1.071
BNDES, CEF e Pré fixado de 4,20% a	12,10% a.a.	Agosto/2023	876	1.514
Conta Garantida	CDI + 3,54% a.a.	Janeiro/2016	1.003	1.514
<b>Total</b>			<b>1.934</b>	<b>2.801</b>

**11. Impostos, taxas e contribuições a recluir**  
O saldo é composto como segue:

	2016	2015
ISS sobre vendas	232	293
IRPJ a pagar	97	12
CSLL a pagar	44	8
PIS sobre vendas	62	77
COFINS sobre vendas	284	353
Outros	182	63
<b>Total</b>	<b>901</b>	<b>806</b>

**12. Lucros a distribuir** - São compostos como segue:

	2016	2015
Revista Engenharia S.A.	1.468	860
Construtora Contorno Ltda.	1.410	826
<b>Total</b>	<b>2.878</b>	<b>1.686</b>

13. Partes relacionadas	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Serviços prestados	-	-	17	17	-	-
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	127	1.191
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	752	17	17	127	1.191
<b>Total</b>	-	752	17	17	254	2.382

**14. Patrimônio líquido - (a) Capital realizado** - O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 3.167.700 quotas (3.167.700 quotas em 2015), com valor de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$ 3.168 mil registrado na rubrica "Capital Social".

	2016	2015
<b>Venda bruta de produtos e serviços</b>	<b>11.015</b>	<b>8.288</b>
Clientes públicos	4.897	4.563
Clientes privados	3.447	2.616
Receita de construção	2.671	1.109
<b>Deduções sobre venda</b>	<b>(1.189)</b>	<b>(1.023)</b>
ISS	(417)	(359)
PIS	(138)	(118)
COFINS	(634)	(546)
<b>Recita Líquida</b>	<b>9.826</b>	<b>7.265</b>

16. Custos dos serviços prestados - É composta como segue:	2016		2015	
	Salários e Encargos	Aluguel	Depreciações	Materiais aplicados nos serviços
Salários e Encargos	(1.957)	(1.624)	(138)	(330)
Aluguel	(138)	(330)	(661)	(655)
Depreciações	(661)	(655)	(582)	(592)
Materiais aplicados nos serviços	(582)	(592)	(1.413)	(575)
Serviços de terceiros	(1.413)	(575)	210	167
Créditos fiscais	210	167	(2.671)	(1.109)
Custos de bens reversíveis	(2.671)	(1.109)	(538)	(261)
Outros custos de produção	(538)	(261)	<b>(7.750)</b>	<b>(4.979)</b>
<b>Total</b>	<b>(7.750)</b>	<b>(4.979)</b>		

**17. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas** - São compostas como segue:

	2016	2015
Receitas financeiras	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	98	28
Receitas juros sobre contratos de mútuo	1	40
Juros recebidos e descontos obtidos	171	7
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>75</b>

**Despesas financeiras**  
Despesas juros sobre contratos de mútuo (29)  
Despesas com juros concedidos (3) (41)  
Tributos sobre movimentações financeiras (20) (34)  
Juros sobre financiamento (316) (262)  
Outros (2) (12)  
**Total** (341) (378)

**18. Seguros** - A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta pelo valor de R\$ 1.064 mil sendo, R\$ 676 de cobertura patrimonial e R\$ 388 de danos materiais.

**19. Contratos de concessão - Direitos sobre infraestrutura:** Direitos sobre a infraestrutura conforme disposto pelo ICPC 01, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Empresa e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere as concessionárias o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato. Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado, por controlada, são como segue:

	Tx Média Anual %	2016	2015
Aterro e infra em aterros (Nota 8)	(*)	1.176	422
Máquinas e equipamentos (Nota 8)	10%	156	-
Veículos e equipamentos (Nota 8)	20%	88	329
Intangível em andamento (Nota 8)	-	2.487	1.109
<b>Total</b>		<b>3.907</b>	<b>1.860</b>

**Domênico Barreto Granata** - Diretor Presidente  
**Marcos Otávio Gondaline** - CRC ISP137002/O-4-S-MG

Página 2 de 2



## ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF n. 08.174.089/0001-14

NIRE 3120761625-1

## Relatório dos Administradores

Aos Acionistas  
**Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S.A.**  
Belo Horizonte - MG  
A Administração da Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S.A. vem apresentar-lhes as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para sua apreciação e aprovação. As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 são apresentadas para fins de comparação.

**Principais eventos**  
O ano de 2016 foi muito difícil para a economia brasileira. O PIB teve uma retração de 3,6%, de acordo com as estimativas do IBGE. A taxa de desemprego atingiu 11,5%, o que representa o seu nível mais elevado nos últimos 11 anos. A SELIC foi praticamente a mesma do exercício anterior, ou seja, manteve-se bastante elevada. A segunda metade do ano,

no entanto, mostrou uma tendência positiva para a estabilização da taxa de câmbio do real em relação ao euro e ao dólar.  
Apesar desse cenário, a empresa conseguiu aumentar sua receita líquida em 9,54% e praticamente manteve o mesmo percentual do EBITDA (na verdade, a modesta redução decorre principalmente de alguns eventos excepcionais e não recorrentes), em relação ao exercício anterior. Os níveis de emprego mostraram-se estáveis em relação a 2015, uma vez que a capacidade de produção necessária para realizar o crescimento foi obtida pela melhoria na eficiência da operação.  
Os lucros cresceram, mas continuaram sendo limitados pelas despesas financeiras que, embora menores do que aquelas de 2015, mantiveram-se muito elevadas.  
A PFN - Posição Financeira Líquida praticamente não sofreu alterações em relação ao ano anterior.  
Saliente-se que o desempenho da Sociedade, a nível de consolidado, foi influenciado pela Controlada colombiana Almacontact SAS, que,

durante o ano, iniciou suas operações em Medellín - e, portanto, como qualquer start-up, contribuiu negativamente na determinação de todos os indicadores.  
O ano de 2016, por outro lado, foi marcado por um reforço significativo na estrutura de capital da empresa oriundo de dois eventos: um aumento

de capital de R \$ 16.618 realizado pela acionista Almaviva Contact SpA; a entrada no capital social da acionista SIMEST SpA - uma empresa integralmente detida pela Cassa Depositi e Prestiti SpA, que é controlada pelo Ministério da Economia italiano - mediante o pagamento de R \$ 46.309 para aquisição de uma participação de 5,5% do capital social.

## Recita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
<b>EBITDA - Lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização</b>	<b>923.236</b>	<b>842.817</b>
% sobre recita líquida	<b>106.409</b>	<b>104.085</b>
	<b>11,53%</b>	<b>12,35%</b>
<b>EBITDA - Lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização - NÃO CONSIDERA ATIVIDADES NA COLOMBIA</b>	<b>109.655</b>	<b>104.085</b>
% sobre recita líquida	<b>12,00%</b>	<b>12,35%</b>
<b>EBITDA Ajustado* - Lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização - NÃO CONSIDERA ATIVIDADES NA COLOMBIA</b>	<b>113.193</b>	<b>104.085</b>
% sobre recita líquida	<b>12,48%</b>	<b>12,35%</b>
<b>PFN - Posição Financeira Líquida</b>	<b>221.133</b>	<b>218.620</b>
<b>Quantidade de colaboradores</b>	<b>31.935</b>	<b>32.142</b>
<b>Quantidade de Pas</b>	<b>16.406</b>	<b>16.386</b>

\* O EBITDA foi ajustado por despesas relacionadas a fatos não recorrentes e migrações de operações. A Administração coloca-se à disposição para os esclarecimentos julgados necessários no exame das demonstrações financeiras apresentadas. Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S.A. agradece a todos os seus clientes, fornecedores, funcionários e parceiros pela confiança e empenho demonstrados no transcorrer do exercício que se encerra.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2017.

Francisco Renzetti - CEO - Chief Executive Officer

## Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	17	866.572	796.608	923.236
Custos dos serviços prestados	18	(655.741)	(572.287)	(698.663)
Receitas (despesas) operacionais		<b>210.831</b>	<b>224.321</b>	<b>224.573</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(147.472)	(154.558)	(153.406)
Despesas comerciais	18	(1.427)	(2.596)	(1.484)
Equivalência patrimonial	9	4.584	1.072	(399)
Outras receitas (despesas)		<b>(143.677)</b>	<b>(156.433)</b>	<b>(154.495)</b>
Resultado financeiro	19			
Receitas financeiras		10.861	6.183	10.962
Despesas financeiras		(71.656)	(71.895)	(71.880)
Resultado financeiro líquido		<b>(60.795)</b>	<b>(65.712)</b>	<b>(60.918)</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>6.359</b>	<b>2.176</b>	<b>9.160</b>
Imposto de renda e contribuição social	20	(273)	(487)	(3.074)
Lucro líquido do exercício		<b>6.086</b>	<b>1.689</b>	<b>6.086</b>

## Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício		6.086	1.689	6.086
Outros resultados abrangentes		(540)	169	(540)
Resultado abrangente do exercício		<b>5.546</b>	<b>1.858</b>	<b>5.546</b>

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa proveniente das operações:				
Lucro do exercício antes dos impostos		6.359	2.176	9.160
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		(7.244)	7.153	(7.276)
Variação cambial (ativa) passiva		45.559	38.176	45.614
Juros sobre empréstimos e leasing apropriados		(4.584)	(1.072)	-
Equivalência patrimonial		-	-	-

## Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação e amortização	35.771	34.384	35.952	34.385
Valor residual imobilizado baixado	-	85	-	85
<b>Total</b>	<b>35.771</b>	<b>34.469</b>	<b>35.952</b>	<b>34.470</b>

## Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(13.867)	4.204	(17.068)	(5.111)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.518)	(9.259)	(1.446)	(9.015)
Caixa restrito	(9.494)	(1.490)	-	-
Adições de ativo imobilizado	(26.042)	(51.609)	(29.236)	(51.622)
Adições de ativo intangível	(3.868)	(9.186)	(4.785)	(9.186)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(40.922)	(71.543)	(35.467)	(69.823)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	3.300	(12.715)	2.057	8.304
Movimentação líquida mútuo de partes relacionadas	46.311	-	46.311	-
Aumento de capital	132.487	314.016	138.208	315.930
Captação de empréstimos e leasing	(137.462)	(219.202)	(137.687)	(237.386)
Amortização do principal de empréstimos e leasing	44.636	82.097	48.889	86.848
Caixa gerado nas atividades de financiamento	(10.153)	14.758	(3.646)	11.914
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	31.345	16.587	34.035	22.121
Caixa e equivalentes de caixa:	21.192	31.345	30.389	34.035
No início do exercício	(10.153)	14.758	(3.646)	11.914

72 cm -27 954578 - 1

HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MÔNICA S/A  
CNPJ 23.772.726/0001-48  
NIRE nº 3130009394

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas do Hospital e Maternidade Santa Mônica S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 12 de maio de 2017, às 17h, na Rua Pedro Ferreira do Amaral, nº 33, bairro Padre Libério, Divinópolis (MG), para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016;

(ii) deliberar sobre a destinação do eventual lucro líquido do exercício de 2016 e sobre a eventual distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre a eleição ou reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; (iv) deliberar sobre a política de remuneração da Diretoria; (v) alterar o art. 15 do Estatuto Social para estabelecer que a Diretoria poderá ser composta por até 5 membros; (vi) deliberar sobre a política de expansão e investimentos da Companhia. Aviso: todos os documentos relativos à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da sociedade. Divinópolis (MG), 27 de abril de 2017. Diretor Presidente: Dr. Bruno Franco Amaral.

5 cm -27 954752 - 1

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG**